

O Uso da Concepção de Progresso como Arma Política em Pernambuco (1837-1850)

Diego Henrique Barros Nery

Mestrando – UFRPE.

Di.nery@ig.com.br

Palavras-Chave: Progresso, Política e Praieira.

Nada temos próprio, tudo queremos macaquear do estrangeiro, não já o que este tem de bom e de proveitoso (que tal imitação será louvável), senão as piores coisas, as mais disparatadas e que menos convêm às nossas circunstâncias.

Na crítica expressa do Padre Lopes Gama, com relação aos costumes da população de Pernambuco, é possível notar características do comportamento da elite e suas atitudes de “macaquear” os comportamentos europeus. Senhoras e senhores que compunham o corpo abastado da sociedade representava em suas atitudes, de acordo com comportamentos que propunham, a semelhança dos vivenciados ou relatados, de uma sociedade muitas vezes imaginada, na França e na Inglaterra. Prática esta, que se apresentava como status de destaque social.

Os pensamentos de civilidade existentes na província podem ser encontrados em diversos trabalhos historiográficos e suas relações com a Europa são observáveis. Grande parte dos autores relaciona as práticas comportamentais da população com o modelo de civilização evoluída era a europeia. O ponto de civilidade discutido nos trabalhos remete este pensamento na idéia de progresso, de desenvolvimento, visto que “o Progresso conduziria os povos na direção de um estado de perfeição que tinha seu ponto mais alto na civilização”, coisa de que Pernambuco encarecidamente necessitava.

No período de 1837, Pernambuco era dominado por uma oligarquia que tinha poderes abusivos e se apresentava como autoridade. A oligarquia Rego Barros/ Cavalcanti centralizou o poder político e econômico de Pernambuco em suas mãos, deixando grande parte da população, principalmente da capital, em dificuldades financeiras. A província adentra num estado de calamidade, devido aos principais setores econômicos que se concentravam nas oligarquias agrárias e no comércio a retalho, boa parte exercido por estrangeiros, os quais representavam para a população mais pobre e alguns políticos o mal que causava crises financeiras no Recife.

Este ódio contra os portugueses não constituía uma novidade, pois já existiam rivalidades entre brasileiros e portugueses. Maria Graham em sua primeira visita ao Brasil, quando aportada em Pernambuco, em 1821, não deixou de comentar sobre o estado de conflito, existente na região. “Além da disposição para a revolução, que estávamos prevenidos existir há muito em toda parte no Brasil, havia também rivalidade entre portugueses e brasileiros”

Com a concentração da renda provinciana em setores específicos da sociedade, uma crise econômica se instaurou. Esta desgraça foi o alvo principal das críticas existentes em diversas matérias jornalísticas. Os jornais desde já representavam esta crise com o “anti-rumo” do progresso. Seus discursos arremetiam constantemente aos moldes civilizadores, que doravante teriam a Europa como espelho. Ela tinha a imagem de evolução. Para os provincianos, a dificuldade vivenciada aqui era relacionada à diferenciação que existia das práticas do velho continente.

O imaginário de que a civilidade reinante estava na Europa foi apresentada por Amaro Quintas. Este autor descreve que em Pernambuco os costumes eram retratados da Europa e que eles vinham com a elite. Esta elite tinha contatos com pensamentos da França e Inglaterra, porque os estudos eram realizados no velho continente (principalmente em Portugal) e trazidos para o Brasil, nas bagagens. Os jornais, que eram escritos pela elite política e econômica, relatavam os acontecimentos existentes na Europa com o intuito de circular informações da “civilização” na província. Este imaginário era tratado pelo autor como algo que pairava na região provinciana, denominado de espírito “*Quarante-Huitard*”.

Izabel A. Marson faz derradeiras críticas com relação a este entendimento, pois explica que a concepção de progresso existia, mas que a denominação aplicada por Quintas está relacionada com o presente do autor que escrevera sua obra, o qual queria demonstrar o nascimento dos movimentos sociais, por isso atribui este espírito aos movimentos sociais existentes na Europa, França 1848. Ela afirma que existe uma confusão no raciocínio do mesmo quanto à concepção de progresso, ao que o espírito estaria ligado. Ele seria o ideal de progresso e civilidade existente em Pernambuco, e apenas isto.

Este adentra as discussões jornalísticas, principalmente quando em 1837 até 1844, o governo de Pernambuco começa a passar por um processo de modernização na administração do conservador Francisco do Rego Barros que viraria logo em seguida o conde da Boa Vista. Ele procura demonstrar em sua administração a evolução política e a coesão de sua administração, trazendo da Europa “engenheiros,

técnicos e operários, que, no interior da Repartição de Obras Públicas, um órgão estruturado nos moldes da centralização e da racionalidade técnica, modificam consideravelmente a fisionomia da capital.”

O principal periódico que representava o discurso dos conservadores era o Diário de Pernambuco. Este jornal compreendia suas relações com o progresso na administração do Francisco do Rego Barros, exaltando sua administração e aplaudindo suas obras. A existência da crise econômica que a província passava não foi negada pelo periódico, mas ela foi utilizada como ferramenta estratégica para representar seu governo numa administração de progresso e civilização. Mesmo em 1848, quando estoura a insurreição praieira, o discurso de prosperidade na crise é mantido:

Sem que nos deixemos dominar pelo pânico que sentem as almas fracas ao reconhecerem a gravidade do perigo que as aguarda, restabeleçamos nossas forças, afim que, combinando-as, consigamos preparar um porvir de prosperidades, não só para nós, como para a geração que nos há de suceder.

Este pensamento apresentado pelo partido conservador servia para amenizar os problemas existentes e demonstrar que as crises e problemas serviam como tribulações futuramente recompensadas. O sofrimento não foi negado, mas foi discursado numa estratégia política para afirmar o governo conservador e apresentá-lo como uma administração que levaria a província para o progresso.

Em contrapartida, os Liberais apresentavam o progresso de forma bem diferente. Descravam as calamidades como imagens de “barbárie” e, obviamente, diziam que esta se relacionava ao governo dos conservadores, pela má administração, pelo roubo que eles praticavam, e pelo descaso com a província. Estas agressões mútuas são uma constante nos discursos jornalísticos, característica comum do período. Em plena constituição do pensamento de saúde pública em Pernambuco os Liberais denominavam os conservadores como Guabirus, no intuito de denegrir a imagem do partido e relacioná-lo com a podridão, com a desgraça, pois “Guabiru é um rato e rato muito ladrão (...) não havia nada contra guabiru como uma boa e bem armada ratoeira.” Existem nesta passagem do jornal denominado “A Ratoeira” dois fatores que valem a pena mencionar: o primeiro constitui a observância de que os conservadores eram atribuídos como a imagem da corrupção, representação feita pelos liberais como uma estratégia política para destruir a imagem dos oponentes políticos; segundo, a representação de que os liberais eram a solução

contra esta corrupção e imundície, pois eles apresentavam a “ratoeira”, como a arma para acabar com a corrupção destes “guabirus”.

A tentativa de vilipendiar o adversário político era constantemente apresentada nos jornais como foco de brigas políticas. Estes discursos têm o objetivo de “desacreditar as pessoas a quem se refere, acoimando-lhes as qualidades. O guabiru, um ratinho sorrateiro, ladrão e esperto: engana, rouba sorrateiramente, foge e esconde-se.” Contra ele só a ação da ratoeira liberal.

Na percepção dos liberais, o progresso só viria para a província com a junção da população que tanto sofria nas mãos oligárquicas dos conservadores e devido a isto constantemente conclamava a população a lutarem contra este poder opressor. O espírito de civilidade era constantemente utilizado pelos partidários como ferramenta de ataque político, e muitas vezes físico, aos seus adversários. Cabe aqui esclarecer o entendimento de civilização e progresso que eles se apropriavam. No caso dos conservadores, a ordem era o reflexo da civilidade, já para os liberais era necessária uma luta para por ordem na calamidade provinciana.

Para os conservadores a arma utilizada também era a representação dos liberais na forma de descrédito, associando-os aos marinheiros portugueses. Assim o nome praieiro foi aplicado aos liberais em Pernambuco, visto que na Rua da Praia se concentrava um grande volume de comércios portugueses. A estratégia política neste momento é a equiparação dos liberais aos caixeiros portugueses, porque o “termo ‘praieiro’ nivelava os redatores do Diário Novo aos comerciantes (‘especuladores’), que em grande parte eram portugueses” e não sabiam o que falavam em suas folhas, suas agressões eram, desta forma, arbítrios e críticas sem sentido.

Aos Praieiros, a resposta para estas afirmações eram apresentadas na ignorância que a liderança conservadora possuía:

Os srs. Rego Barros são dous ignorantões (...) nem escrever uma carta sabem: um vive preocupado nas suas altas concepções de orgulho e nobreza (...) o outro vive enleado no luxo e no ameno; bom palacio, boa mesa, boas partidas, e bailes (...) O Sr. Peregrino tem talento, porém não lhe resta um momento para pensar, porque todo o seu tempo se consome em escolher os cheiros, as pomadas, a proporção das cores, e em galantear as bellas.

Apresentando uma imagem de desordeiros, contrapunham a idéia que os guabirus queriam apresentar de civilizados de ordem, que tanto lutavam para demonstrar em Pernambuco. São nestes embates políticos que podemos observar o não dito, inconscientemente os dois partidos usam formas de compreensão diferentes de progresso e civilidade, mesmo atribuídos à Europa a forma de assimilação passa

primeiro pelo olhar e pela vontade dos partidos na jornada política. Existem então concepções de progresso, que não se reduzem a uma dicotomia, porque a elite não se constituía apenas nestas duas visões apresentadas. Vale salientar que as formas entendidas de civilidades eram dissipadas pela província, tanto que o Padre Lopes Gama (o Carapuceiro) apresenta a civilização por outros rumos.

Assim como nos jornais o Padre entende a necessidade de ensinar o povo a civilizar-se. Afirma que seu periódico, também denominado Carapuceiro, tinha intuito moral, e só por acaso político. Suas críticas atingiam a vociferação dos partidários.

A modernização e o ideal de civilização não eram algo recente. Em 1821 encontramos a imitação dos brasileiros nas vestimentas francesas e a mulher como foco desta cultura. Foi assim que Maria Graham descreveu uma família pernambucana que vinha do interior:

A família que encontramos formava um grupo muito pitoresco: os homens vestidos de couro dos pés à cabeça. A jaqueta leve e as calças são tão apertadas como as roupas dos mármores de Egina, e produzem mais ou menos o mesmo efeito; o pequeno chapéu redondo tem a forma do petaso eram de mercúrio. Os sapatos e polainas da maior parte eram excelentemente adaptados para a defesa das pernas e dos pés no cavalgar por entre as asperezas. O tom geral do conjunto era um belo castanho queimado. Fiquei aborrecida porque a mulher do grupo vestia uma roupa evidentemente à moda francesa. Estragava a unidade do grupo.

Por se tratar de uma estrangeira observando o Brasil, destacamos o olhar de crítica ao comportamento dos nativos, mas lembramos que mesmo Graham acreditando em sua superioridade no status de civilizada nos apresenta um quadro de análise interessante. Com esta descrição podemos notar a crítica com relação à desordem que a mulher causava no grupo, assim como as formas que ela se vestia, causando aborrecimento na cronista. A desordem e a crítica nos fazem entender que esta mulher, interiorana, não tinha grau de civilizada para tal vestimenta e obviamente suas roupas eram uma cópia mal elaborada da moda francesa.

Lopes Gama acreditava no progresso e pensava que a civilização era realmente a Europa. Mas lembra que não é necessário copiar tudo, nem fazer “macaqueação” dos comportamentos e modas. O seu impresso denominado “O Carapuceiro” discorre sobre a moral e nos dá um vasto caminho para compreendermos sua concepção de civilização. “O objetivo de Lopes Gama era o velho *‘corrigit ridendo mores’*, moralizar os costumes pelo humorismo”. Maria Lúcia Pallares-Burke descreve o Padre como “guardião da cultura brasileira e repórter e intérprete de idéias e práticas estrangeiras”. Antes de tudo o próprio se denomina

“carapuceiro” aquele que dá as carapuças, e quem acreditasse que se adequava as carapuças que as usassem.

Desta maneira, ao fazer críticas aos comportamentos macaqueadores das mulheres pernambucanas, o Carapuceiro expressa sua indignação quanto à submissão das mulheres aos desmandos da moda francesa, alegando a falta de necessidade destas práticas: “muito má me parece a moda que redundava em maiores sobressaltos da bolsa, porque, se antigamente uma pobre moça fazia um vestido com dez patacas, hoje (graças às espertezas de Paris) são precisas vinte para arranjar um vestido”.

São constantes os ataques dele aos costumes e modas vindas da França. Não só com a crítica à moda, mas com mensagens de cunho político, que não se propunham nem favorável aos conservadores nem aos liberais. O Padre Lopes Gama se expressa como um intérprete da cultura de Pernambuco.

Ele se inscreve em seus impressos, quando afirma não estar favorável a uma monarquia despótica, nem favorável a uma república, pois para ele o povo não está preparado para a chegada abrupta e revolucionária de uma república, mas também não deveria se estagnar com a monarquia absoluta. Devido a isto em seu tempo, o Padre defendia uma monarquia constitucional, para que após o aprendizado do povo a república pudesse vir. Um exemplo do despreparo estava nas próprias formas de estruturação do júri. Ao relatar sobre o júri inglês e francês, fala da forma como ele era correto e bem organizado, mas quando se trata do provinciano os remete ao descaso, explicando que quando os facínoras assassinavam alguém e vão para o júri, logo são absorvidos. Este fator ocorre devido aos conhecimentos e por se tratarem de pessoas ligadas com grandes proprietários rurais (diretamente ligados à política). Crimes tratados dessa forma, denotam a existência de uma “macaqueação” do júri europeu, pois prevalece então o “hoje por mim, amanhã por ti.”

Suas matérias faziam comentários sobre costumes que claramente se faziam sentir na política. O debate político e as agressões jornalísticas existentes entre liberais e conservadores sofriam com os comentários do Carapuceiro, e quem se sentisse enquadrado no comentário poderia vestir a carapuça. Pallares-Burke descreve esta posição política do Lopes Gama como “antiabsolutista e antiescravagista, ao mesmo tempo que anti-republicano e anti-revolucionário”, pois assume contrária a ambos partidos devido a sua própria posição política. Para a autora, o objetivo principal dele era “trabalhar pela manutenção da independência do Brasil, recentemente declarado sob regime monárquico constitucional, e combater a

ilusão crescente de que a solução para os problemas econômicos e sociais pudesse ser encontrada em mudanças sociais e políticas radicais.”

Os setores administrativos se espelhavam no comportamento europeu e as pessoas também sentiam a necessidade de civilização. Mas é importante notarmos que este consumo, ao contrário do que pensam muitos, não se apresentava como passível, ao contrário ele vivenciava uma adaptação, uma modificação segundo critérios locais, com marcas e registros próprios. Por mais que os próprios nativos sentissem que estavam transplantando a civilização, eles acabavam criando seus próprios conceitos de civilização e re-significando o cotidiano do velho continente.

A sede de civilização estava tão forte na região, que se acreditava na excepcional capacidade dos europeus em desenvolver a província e constantemente remetiam solicitações para os ofícios em nome deles. A segurança e a qualidade eram o reflexo das representações dos trabalhos executados por “marinheiros”. Constantemente eram anunciados em diversos periódicos a necessidade de contratação de pessoas “chegadas da ilha”, e de preferência recentemente chegados. Estas pessoas trariam consigo muitas informações, muita civilização e serviriam aos trabalhos provincianos, visto que os contratantes queriam transformar a região em civilizada.

Precisa-se de um europeu para feitor fora desta praça, pagando-se bem, sendo o mesmo natural das ilhas e chegado próximo na terra, que saiba ler, escrever e contar, de idade média, nem criança nem velho e solteiro: Rua da Alegria da Boa Vista 1ª casa térrea, de varanda de ferro

O pensamento anterior reflete um homem europeu, de preferência chegado próximo, pois teria mais “civilização”, sabia ler, escrever e contar. Mesmo com brasileiros que atendiam as exigências das funções do trabalho (ler, escrever e cotar), era descartada a participação de brasileiros para este trabalho. Ou ainda:

Quem precisar de feitores para sítio ou engenho, caixeiros, artistas e homens para agricultura, ou outro qualquer trabalho, chegados proximamente da Europa, os quais podem fazer o contrato de locação de serviços, conforme a lei de 11 de outubro de 1837, dirija-se ao Recife, na rua da Cruz nº23

A representação da civilidade é uma constante na província, a necessidade de contratação de europeus não é algo novo e nem exclusivo. Para o ensinamento das mulheres necessitam de professoras que, de preferência sejam da Europa e ensinem as práticas da civilização para as mulheres. Na administração pública, a

representação do progresso se apresenta nas mãos da ROP (Repartição de Obras Públicas), com o intuito de organizar a cidade e modernizar as praças. É o próprio presidente da província que alega a necessidade de mão-de-obra estrangeira e especializada para o desenvolvimento da cidade.

A busca pela sociedade e civilidade européia, era traduzida no desejo de clareamento da população. Para os provincianos, o modelo ideal era o branco europeu, que traria em sua imagem a modificação corpórea, extraíndo do Brasil o negro, que mancha as bases da “civilização”. Este fator é notório em três trabalhos: um cronista, um historiográfico e um antropológico que se apresentam aqui como ferramenta discursiva.

O cronista Jorge Benci, no período colonial, apresenta em seus sermões o negro como uma pedra não polida, não lapidada e que caberia ao senhor de engenho ensiná-lo os comportamentos para civilizar-se; a historiadora Izabel Marson descreve que no período que compreende este artigo, os jornais políticos agrediam seus adversários comparando-os aos negros, pois eram “incivilizados/ bárbaros”, ofensas como “papa-angu”, comida destinada para os negros, e numa análise detalhada sobre o assunto, a antropóloga Lília Moritz Schwarcz relata a busca incessante pela cor branca que aparece nos moldes científicos (1870-1930), quando se acreditava que o branco era a tendência das misturas e que os corpos se aperfeiçoariam com o tempo.

Em diversos momentos da história do Brasil encontramos a concepção de progresso e de civilização. Grande parte deste pensamento é atribuído ao modelo de civilização, a Europa. No Pernambuco de 1837-1850 encontramos disputas partidárias em torno do poder, agressões mútuas em jornais partidaristas. Neste ínterim, percebemos a representação de progresso sendo utilizada segundo interesses político-partidários como forma de propaganda política. Estes debates políticos nos forneceram ferramentas para tratar da cultura política e das representações de civilidade existentes na província, característica que já circularam no Brasil há tempos e perduraram.

Pernambuco durante a primeira metade do século XIX passou por diversas modificações sociais, econômicas e políticas. Estas modificações e as dificuldades que a província de Pernambuco passava colaboraram para a constituição do movimento praieiro. Esse evento tem sua importância pelo fato de ter características sociais, ser o último de grande porte no período imperial e de fazer referência à recepção do progresso em Pernambuco, as formas como ele se instaurou e causou distúrbios na província pernambucana, mais especificamente no Recife devido aos referenciais de civilização vigentes.

Diversos trabalhos que mencionam a Praieira já foram realizados, e como já mencionado, grande parte deles fez uso dos periódicos para a construção de suas narrativas. Esta pesquisa ganha em sua relevância por ter como análise central a representação que os próprios periódicos construíram da insurreição, fomentando uma nova perspectiva na percepção do evento e trazendo uma contribuição no que diz respeito às formas de escrever nos impressos panfletários na Praieira.

O debate que existia no movimento Praieiro é refletido nos escritos das matérias jornalísticas, nos servindo de imagem da situação por que passava a província pernambucana. Nestes discursos, também, faz-se presente às intenções que os colunistas tinham no movimento e as estratégias de propaganda que estes impressos faziam para o convencimento do público alvo. Estas são formas inovadoras para se perceber o período que corresponde 1837 e segue até 1850. Configurando-se uma nova abordagem do período e fortalecendo os estudos já existentes sobre a Praieira, este trabalho segue o rumo para o enriquecimento da historiografia existente sobre este período, dando assim sua contribuição para a história do período imperial do Brasil.